

PORRETE E VOTO: A NOVA REPÚBLICA VELHA EM VICTOR NUNES LEAL

FELIPE NÓBREGA*

RESUMO

Pretendemos primeiro expor esta investigação que leva em consideração a formação pessoal de Victor Nunes Leal, e o que isso imprimiu em sua obra. Após essa tarefa, passamos a situar *Coronelismo, enxada e voto* em seu contexto de produção. Levando em consideração esses dois itens, analisaremos uma das características centrais da obra, a violência (física e simbólica) em meio ao processo eleitoral na República Velha e sua intrínseca ligação com o *coronelismo*.

PALAVRAS-CHAVE: República; eleições; Victor Nunes Leal.

Uma velha frase do escritor Jorge Luis Borges diz que “ao recordar, não há pessoa que não se encontre consigo mesma” (BORGES, 1975, p. 5). Mas, exatamente, onde queremos chegar com tal metáfora?

Remontamos a um distante ano de 1914, em Minas Gerais, na pequena cidade de Carangola, em cuja cooperativa agrícola faz parte o pai do personagem que é o foco deste trabalho: Victor Nunes Leal, autor de *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, obra que servirá como fonte para nossa interpretação acerca do processo eleitoral do Brasil em sua Primeira República.

Começa aqui a ganhar sentido a frase de Jorge Luis Borges, quando percebemos que, nascido em 1914, Victor Nunes Leal cresce em convivência com seu pai na organização rural no interior do Brasil, o que “causa grande impacto em sua infância e foi fato fundamental para seu futuro trabalho de análise” (FAVETTI)¹. É crescendo em meio aos episódios típicos de um cenário interiorano que Victor Nunes Leal vai tomando conhecimento, epidermicamente, de um conceito que irá se

* Acadêmico do curso de História – Licenciatura – FURG.

¹ Raphael Thomas Favetti, bacharel em Direito e mestre em Ciências Políticas pela UnB. O texto referido pode ser encontrado em <http://www.victornunesleal.com.br>, sob o título “Brevíssima introdução aos principais conceitos utilizados em *Coronelismo, enxada e voto* de Victor Nunes Leal.”

tornar um de seus alvos principais em sua produção escrita: o *coronelismo*. Diríamos, então, que esse contato direto de nosso autor com o *coronelismo* desenvolveu, segundo Favetti, “uma sensibilidade teórica inigualável para analisar e explicar os mecanismos e engrenagens deste fenômeno”.

Em suma, e invertendo um pouco as considerações de March Bloch² (2001), diríamos que Victor Nunes Leal é um investigador que se esforça em reconstruir um crime ao qual ele assistiu.

A produção de *Coronelismo, enxada e voto* começa a ganhar um sentido que ultrapassa até mesmo o ano de sua publicação, 1949. Nosso autor propõe um debate que estabelece retrospectiva para si mesmo, um debate que leva em consideração sua vivência pessoal de crescimento no interior do Brasil – Victor, nos dizeres de Jorge Luis Borges, vai criando um encontro consigo mesmo ao escrever essa obra.

Pretendemos primeiro expor esta investigação que leva em consideração a formação pessoal de Victor Nunes Leal, e o que isso imprimiu em sua obra. Após essa tarefa passamos a situar *Coronelismo, enxada e voto* em seu contexto de produção. Levando em consideração esses dois itens, passaremos à análise de uma das características centrais da obra, a violência (física e simbólica) em meio ao processo eleitoral na República Velha e sua intrínseca ligação com o *coronelismo*.

Antes que passemos à obra em si, continuamos nesta busca que aponta as possíveis motivações de Victor Nunes Leal para a realização do livro. É necessário perceber o autor enquanto portador de uma interpretação histórica que obrigatoriamente deve ser resgatada, para que assim possamos dar inteligibilidade à publicação de 1949.

Desconsiderar essas investigações prévias seria pôr em risco um trabalho de análise dos problemas levantados no decorrer da obra, seria tratar a obra como um objeto que só ganha sentido em si mesmo, um tipo de operação que pouco ou nada contribui para o trabalho do historiador.

Em boa parte, as influências de Victor Nunes Leal para escrever *Coronelismo, enxada e voto* são geradas por essas experiências pessoais, mas cabe também estabelecer como referência a vida profissional do autor. Torna-se fundamental para nós investigar a respeito da vida profissional do nosso autor, mais precisamente sua experiência docente, primeiro na Universidade do Distrito Federal, e posteriormente na Universidade do Brasil.

² Marc Bloch faz a seguinte consideração: “O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda [...] Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu” (2001, p. 69).

Não existia até 1943 o curso de graduação de Ciência Política dentro da Universidade do Brasil. Foi nesse ano que Victor Leal assumiu a cadeira de Ciências Políticas, que ainda fazia parte do Departamento de Filosofia. Para efetivar, por concurso, sua permanência como professor na UnB, seria preciso elaborar uma tese. Então, Victor escreveu *O município e o regime representativo no Brasil – contribuição ao estudo do coronelismo*, na qual expõe as idéias que mais tarde desenvolveria em *Coronelismo, enxada e voto*.

Victor Leal ainda ocupou outros cargos, como redator da *Revista Forense* (1936), encarregado da seção jurídica do *Observador Econômico e Financeiro*, e também fundou a *Revista de Direito Administrativo*. Depois dessas experiências de cunho acadêmico, ingressou, a convite do ministro da Educação Gustavo Capanema, como diretor do Serviço de Documentação, em 1939. Nosso autor operou não só no campo dos estudos acadêmicos que enfocavam as estruturas jurídicas do Brasil, mas também se fez presente no interior dessas estruturas governamentais – o que certamente proporcionou uma experiência capaz de influenciar de forma relevante sua obra.

Delineadas as características centrais da formação de Victor Nunes Leal – que seguiu carreira dentro do Supremo Tribunal Federal a partir da década de 1960 – passamos a compreender a obra dentro de seu tempo, ou melhor, as circunstâncias que podem ser consideradas relevantes para que uma obra elaborada no ano de 1943 (com título diferente do original) seja publicada, com devidas revisões, somente seis anos depois. Não devemos acreditar no “fruto do acaso”, e sim inquirir, ou mesmo elaborar hipóteses, sobre as motivações da publicação de uma obra hoje tão relevante na historiografia nacional: *Coronelismo, enxada e voto*.

O texto de Victor elabora conceitos fundamentais sobre a república oligárquica brasileira da Primeira República, e dentre esses é primordial o entendimento do termo *coronelismo*, para o qual nosso autor oferece a seguinte definição:

concebemos coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado [...], é antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente de senhores de terras (LEAL, 1997, p. 40).

Quando nosso autor se refere a essa superposição, está levando em consideração a coexistência do antigo poder privado com a nova forma de regime de tipo republicano e ampla representatividade. Dessa forma, o Brasil viveria sob o constante enfrentamento entre os interesses públicos e privados – o coronelismo, então, seria originado dessa fenda criada dentro do sistema administrativo brasileiro, em que a figura do mandatário local surge como o símbolo máximo da superposição de poderes.

Para o autor, é a estrutura agrária que fornecia as bases de sustentação do poder privado no Brasil, e no mundo agrícola o coronelismo era gestado e ganhava espaço à medida que firmava um grupo de características secundárias, como: mandonismo, filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos (LEAL, 1997).

O latifundiário, agora já travestido de coronel, atua na falta do Estado, porém uma “falta” reconhecida pelo próprio Estado. O coronelismo, na visão de Victor Nunes Leal, seria o resultado direto do não-alcance do sistema representativo brasileiro em localidades que desconheciam por completo a ideia de República, de sufrágio universal enquanto ferramenta capaz de abalar a legitimidade dos seus representantes.

Essa ausência do Estado, segundo Campello (1978), seria fruto da falta de ideias novas dentro da própria estrutura republicana recém-formada. Não possuindo saídas administrativas que sejam capazes de suprimir o poder local, torna-se a organização dos Estados, para a autora, o maior problema dentro da estrutura federativa brasileira.

Acreditamos, a partir da obra *Coronelismo, enxada e voto*, que não seria justificável o coronelismo pelo simples fato da “falta de novas ideias” dentro do sistema republicano. Assim como Victor Nunes Leal, entendemos que esse não-alcance do poder do Estado nas localidades rurais era imprescindível para o funcionamento da república oligárquica. Era bastante conveniente o poder dos coronéis, na medida em que eles garantiam um processo eleitoral fraudulento em benefício do governador da situação. Ou, como diria o próprio Leal: “esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isto se explica justamente em função do regime representativo” (LEAL, 1997, p. 47). Não será surpresa que tal posicionamento de Victor Leal ganhe no desenvolvimento de sua obra o conceito de “sistema de reciprocidade”.

O coronel, que atuava no contexto rural, operava justamente junto à população que “vivia no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono” (LEAL, 1997, p. 43). É evidente que uma população em tais condições seja incapaz de refletir sobre sua própria

condição enquanto ser humano. As manifestações teórico-metodológicas começam a se fazer presentes a partir dessas considerações a respeito dos homens do campo.

Victor Nunes Leal não chega ao ponto de usar o termo “alienados”³ quando se refere aos homens do campo que vivem em estado de miséria e desinformação, porém nas passagens em que afirma que o Brasil vive sob o binômio “senhor de terra e seus dependentes”, ele logo assim define o homem rural: “Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nos quais se limita a ver figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor” (LEAL, 1977, p. 44).

Podemos pensar que o autor se referia à linguagem do materialismo histórico proposto pelo campo teórico marxista, na medida em que antes dessa passagem ele não evita termos como “feudo” para tratar as comunidades em que atuam os coronéis, ou mesmo “glebas” para tratar das terras dos posseiros. O uso de tais termos aproxima intelectualmente Victor Leal de Caio Prado Junior – autor que transferiu esses termos medievais europeus (feudo, por exemplo) para o cenário do desenvolvimento histórico brasileiro.

Sendo Caio Prado Junior um marxista convicto, consideramos cabível a hipótese de nosso autor tratar os homens do campo como uma massa alienada, no sentido marxista do termo. Entendemos essas influências quando encontramos o texto de Prado Junior *Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo*, de 1935, um tema bastante próximo ao de Victor Nunes Leal, o qual certamente buscou influências. Ainda somamos como influências *A formação do Brasil contemporâneo*, publicado em 1942 – justamente um ano antes da tese que Victor apresentou à UnB.

Definidos tais termos, é mais do que evidente que tal “massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza” (LEAL, 1997, p. 43) seja dominada pelos *votos de cabresto*, resultantes diretos dessa organização rural que faz com que o trabalhador do campo lute não só *com* o coronel, mas também *pelo* coronel. Em suma, será justamente esse voto de cabresto o instrumento legal que dará legitimidade ao poderio desses senhores de terra.

³ Entendemos “alienação” conforme a proposta de Quintaneiro ao analisar os conceitos marxistas: “estranhamento entre o trabalhador e sua produção e o seu resultado é o trabalho alienado e cindido que se torna independente do produtor, hostil a ele, estranho, poderoso e que ademais pertence a outro homem que o subjuga – o que caracteriza uma relação social” (QUINTANEIRO, 2002, p. 38).

Cabe a nós, a partir de agora, analisar a estrutura na qual aconteciam as eleições dentro da República Velha. Mais do que isso, é justo inquirirmos quais os possíveis motivos de uma obra que aborda o processo eleitoral brasileiro produzida em 1943 ganhar publicação somente no ano de 1949.

Maria Pereira de Queiroz, considera que a Constituição brasileira de 1891 outorga o direito ao voto a todos os cidadãos alfabetizados, antes de democratizar um sistema: em verdade, “verificou-se desde logo que a extensão do direito dado a todo cidadão alfabetizado não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais ou citadinos que continuaram obedecendo aos mandões políticos já existentes” (QUEIROZ, 1997, p. 155). Isso se dava, segundo a autora, porque não houve mudança nas estruturas econômicas e políticas quando da passagem do Império para a República – persistindo assim os “coronéis” como chefes locais de prestígio.

É inserida nesse quadro estático de permanências dentro de processos de mudança, que se alinha a visão do *coronelismo* em *Coronelismo, enxada e voto*. Ao escrever a obra, Victor Leal realiza uma retrospectiva que deixa muito clara uma posição em que dificilmente a sociedade brasileira seria compreendida sem a “função eleitoral do *coronelismo*” (LEAL, 1997, p. 279). O entendimento da profícua manutenção do poder dos coronéis através das eleições, em que os latifundiários conduziam os eleitores como se conduz burros (cf. LEAL, 1997), remete a temporalidades que ultrapassam o regime republicano:

[...] o fenômeno estudado é característico do regime republicano, embora diversos dos elementos que ajudam a compor o quadro do “coronelismo” fossem de observação freqüente durante o Império e alguns deles no próprio período colonial. Já se notou, aliás, mais de uma vez, que uma excursão pelo interior do Brasil equivale, de certo modo, a uma incursão no passado nacional (LEAL, 1997, p. 279).

Victor Leal alarga os horizontes do coronelismo ao propor que suas origens vão além do regime republicano. Estaria o coronelismo arraigado até mesmo a estruturas imperiais, em que os indivíduos viviam sob o signo de um imperador de linhagem divina – nosso autor propõe uma viagem no interior do Brasil justamente para confirmar a tese de que o poder nas mãos de um “ser divino” apenas se transferiu da figura do Imperador para a do coronel, entendendo a passagem do Império para a República.

Assim, essa permanente situação de conduzir “burros” até a cabine de votação exigia um sistema que para se efetivar precisaria de

um elemento que é destacado em *Coronelismo, enxada e voto*: a violência.

É preciso alinhar de forma mais clara a idéia de “violência” dentro do processo eleitoral, e para isso remontamos ao próprio autor, quando diz que o coronel, por exemplo, “exerce uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças, às vezes, verdadeiros arbitramentos que os interessados respeitam” (LEAL, 1997, p. 42), ou, de forma ainda mais evidente, “a regra é o recurso simultâneo ao favor e ao porrete” (id., p. 68).

O que se inscreve a partir dessas passagens de *Coronelismo, enxada e voto* é para nós a chave deste trabalho: o uso, dentro do processo eleitoral brasileiro, da violência no plano simbólico e no plano físico. Chamamos então, a partir de agora, da constituição de um “poder simbólico” dentro das estruturas político-eleitorais do Brasil na Primeira República.

Com uma tradição marxista que privilegia as funções políticas dos sistemas simbólicos, consideramos esse “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social” (BOURDIEU, 2007, p. 9). Nessa concepção, os símbolos são

instrumentos por excelência de integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral (BOURDIEU, 2007, p. 10).

É perceptível essa cadeia simbólica na construção histórica de Victor Nunes Leal quando ele expõe a figura do coronel frente à população rural. O roceiro vê na figura do coronel o “homem rico”, o avesso de sua posição de miséria, e essa riqueza se alia à idéia de prestígio que o fazendeiro possui, por exemplo, junto a políticos importantes ou instituições bancárias (LEAL, 1997).

Nessa perspectiva, o coronel possui o *status* de “condutor das massas” locais. Suas ordens serão inquestionáveis, e têm um prestígio moral que se efetiva – caso necessário – através da opressão, da violência física.

Diz Victor Nunes Leal sobre a natureza da relação roceiro-proprietário: “É dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece” (LEAL, 1997, p. 44). Dessa forma, no plano político, será *com* o coronel e *pelo* coronel que o roceiro irá lutar. Cria-se um consenso em torno de sua figura; a população reconhece no coronel

o “benfeitor”. Partirá do grande proprietário a reprodução de uma ordem social, um sentido do mundo.

A violência no plano simbólico se amplia com o processo eleitoral, pois é nesse momento que a figura do roceiro não passará de um objeto de manobra nas mãos dos coronéis. Com a construção de uma realidade social que tem no fazendeiro o “benfeitor”, o único capaz de suprir todas as mazelas locais – pois, afinal, ele é “rico” – o processo eleitoral se transforma no catalisador desse poder simbólico exercido no cenário nacional da chamada República das Oligarquias.

Constituído um poder local baseado na dominação, é preciso dar legitimidade ao mando, logo encontramos na cabine eleitoral o poder que adquire a forma não só simbólica, mas agora também física. O ato de “ir votar” traz em si as marcas da violência física.

O *voto de cabresto* é incorporado ao sistema eleitoral pelos coronéis no sentido de garantir a eleição de seus *compadres*, e a garantia do voto “certo” estava no sentir o bafejar do jagunço junto ao eleitor. O ato do sufrágio não oferecia nenhuma liberdade de escolha, primeiro porque no âmbito ideológico havia a legitimação por meio da “incultura” (LEAL, 1997) dos votantes; segundo, cada coronel colocava ao lado do eleitor o jagunço como forma de inibir qualquer possibilidade de voto de protesto.

Interessante é averiguar que o *coronelismo* interpreta a eleição como fundamental; é ela que faz existir o “sistema de reciprocidade”, de que o coronel se beneficia. Por isso o processo eleitoral é valorizado por esses coronéis, pois é esse sistema que garante, de forma legal, o seu mando.

Levando isso em conta, começamos a compreender por que eram esses latifundiários os “patrocinadores” das eleições. As despesas geradas pelo processo eleitoral eram todas custeadas por eles, e isso incluía: documentação, transporte, alojamento, refeição, entre outros itens. Esse custeio se fazia necessário na medida em que, “Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido” (LEAL, 1997, p. 56). E em uma frase pontual o nosso autor descreve o sentido do voto para esses roceiros: “É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça receba a orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente” (id., p. 57).

Somado a essa manipulação das massas, levando-as até a cabine de voto, o próprio sistema também era corrompido por esses chefes locais. Eram duas as falsificações mais importantes que dominavam as eleições dentro da Primeira República:

o bico de pena e a degola ou depuração. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena toda poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento de poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final (LEAL, 1997, p. 255).

Nosso autor manifesta alguns dos atos de corrupção no cenário eleitoral, e especificamente nesses dois casos estão contidas duas esferas de corrupção: a de civis a trabalho de grupos de interesses, bem como a dos próprios políticos representantes da população. Com isso, é cada vez mais clara a idéia de um processo eleitoral completamente dominado pela corrupção – e que atravessa a citação de Victor em seus comentários sobre a prática do *bico de pena* e da *degola* – que compõe toda a estrutura da sociedade brasileira do período.

Não bastava a opressão do “em quem você deve votar”; criou-se uma estrutura em que nem mesmo havia a possibilidade de não votar no compadrio do chefe local. O estreitamento dos horizontes políticos era a primeira violência que essa massa campesina sofria, e junto com isso vinha o porrete como a expressão física da dominação.

Nosso autor associa de forma veemente a estrutura agrária ao surgimento do coronelismo, já que

seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria (LEAL, 1997, p. 275).

Esse *coronelismo* que, segundo Victor Nunes Leal, é expressão aguda da Primeira República, só seria abalado por uma modificação do foco das atividades produtivas no Brasil, justamente a década de 1930, com o surgimento da Era Vargas e o discurso modernizador dentro do cenário brasileiro.

Realmente, em 1930, a economia brasileira já se não podia considerar essencialmente rural, porque a produção industrial rivalizava com a produção agrícola e a crise do café havia reduzido o poder econômico dos fazendeiros, em confronto com o dos banqueiros, comerciantes e industriais (LEAL, 1997, p. 283).

Levando em consideração a citação, ao tratar da década de 1930, o autor propõe um cenário de mudança nas estruturas produtivas

brasileiras. O espaço citadino passa a rivalizar diretamente com o campo, em uma luta que Victor Nunes Leal percebe como possível marco do desmantelamento do poder dos chefes locais, ao mesmo tempo em que constrói uma nova elite, uma nova força social capaz de exercer influência no jogo político.

A massa inculta dos campesinos começa a receber e sentir o peso das mudanças quando surgem e se expandem os meios de comunicação e transporte, bem como o aumento da população urbana e de eleitores, conseqüentemente. Esses elementos teriam inevitáveis reflexos na conduta política desses homens do campo.

Todos esses fatores vêm de longa data corroendo a estrutura econômica e social em que se arrima o *coronelismo*, mas foi preciso uma revolução para transpor para o plano político as modificações de base que surdamente se vinham processando (LEAL, 1997, p. 283).

É acreditando na revolução como possibilidade efetiva de mudança que nosso autor situa os anos da década de 1930 como aqueles em que finalmente o *coronelismo* seria varrido do cenário político brasileiro. Mudavam-se as estruturas produtivas, logo, no pensamento de Leal, não haveria mais espaço para o exercício da violência desses senhores de terra que fizeram dos municípios feudos pessoais.

No decorrer da década, porém, uma nova gramática das estruturas políticas surgia, e talvez não fossem as que Victor Nunes Leal esperava. Conforme Edson Nunes,

as novas gramáticas modernizantes interagiam com uma antiga, o clientelismo, que foi traduzido para as instituições formais por meio de operações de um sistema político que beneficiava os grupos locais e estaduais remanescentes do período altamente descentralizado da República Velha, no qual as máquinas políticas desempenharam um papel fundamental (NUNES, 2003, p. 47).

Por gramáticas *modernizantes*, podemos entender essa mudança da estrutura econômica em que o espaço citadino ganha espaço junto com a industrialização do cenário brasileiro. Aqui Edson Nunes coaduna aquela superposição de estruturas que Victor Nunes Leal já apontava. Dessa forma, os resquícios do *coronelismo* ainda estavam entranhados na política nacional, mesmo que sob uma égide modernizadora.

As mudanças aconteceram, porém as práticas políticas de dominação local sobreviviam, e nosso autor acompanhava esse processo de forma atenta e questionadora, ao ponto de suas reflexões

atingirem o ápice no ano de 1943 quando da exposição de sua tese sobre o *coronelismo* no Brasil.

Victor Nunes Leal se volta para o passado justamente para questionar esse presente. Sua obra remonta ao *coronelismo*, categorizando-o como um sistema arcaico dentro da história do Brasil, um sistema que representava o atraso das estruturas político-sociais. Ao escrever em 1943, sua visão sobre a década anterior é a de um cenário ao qual não cabe outra denominação senão a de “desencantamento”.

Esse desencantamento, para nós, é justamente o que move a obra de Victor Nunes Leal. É a partir desse sentimento que ele resolve operar um estudo que busca, acima de tudo, evidenciar o caráter de continuidade das forças políticas dentro da história brasileira. Com isso, o autor expõe o quanto nossa sociedade convive com essas permanências políticas, mesmo que os anos passem e as mudanças se mostrem possíveis.

Se o pós-30 era concebido por Victor Nunes Leal como um momento de ruptura, logo ele viu essa “ruptura” dar lugar a um “estado de compromisso”, que se colocava na tentativa de agradar a muitos interesses diferentes – e mesmo antagônicos. Até mesmo nas bases locais da República Velha o pós-30 teve que buscar apoio. Isso ficou mais claro depois de 1937, com a ditadura e a forma não-universalista para conter as pressões regionais (NUNES, 2003).

Se antes o nosso autor percebia no coronelismo um sistema de violência que se desenvolvia tanto no plano físico quanto no simbólico, forjando eleições fraudulentas, agora ele se depara com o clientelismo que estava na base das organizações partidárias – em que os interesses partidários, visando à troca de favores, estavam acima da relação do bem-estar do povo.

Corroborava ainda mais a nossa idéia de “desencantamento” o fato de as eleições posteriores à ditadura de Vargas terem sido vencidas em 1945 justamente pelo PSD de Eurico Gaspar Dutra, que também abrigava as velhas oligarquias – um quadro político que era base de sustentação de Vargas –, e a “solução interna” estava construída. O PSD se configurava como a continuidade, e assim as eleições em nada apresentariam de novo, um “mais do mesmo” que já se anunciava também pelo resultado das eleições parlamentares no mesmo ano de 1945.

O PSD conquistou nada menos que 52% das cadeiras no Congresso. Como cabia ao Congresso o controle do orçamento da União, estava nas mãos das oligarquias a distribuição da renda nacional.

Em suma, “as elites que administraram a transição e que, em

última análise, controlaram o período constitucional e democrático pós-45 eram compostas pelas mesmas pessoas que apoiaram o regime anterior ou que dele se beneficiaram” (NUNES, 2003, p. 68).

O quadro histórico de desencantamento está devidamente pintado. A publicação da obra *Coronelismo, enxada e voto* em 1949 passa a fazer sentido na medida em que seu lançamento se dá em um momento de pura percepção por parte do autor de que as velhas estruturas políticas dos coronéis, dos oligarcas, continuavam entranhadas no seio do poder brasileiro.

Os nomes podem ter se alterados, alguns personagens também, porém em sua essência o gesto do mandonismo continuava. A troca de favores ainda era a tônica dominante no cenário político e social brasileiro. Somado a isso, o que conjugamos aqui é a persistência de uma violência no nível do simbólico, em que os sujeitos continuam inseridos em redes de formas de ver o mundo que não extravasam o terreno do coronel capaz de lhes arranjar, agora, um emprego público.

O jogo de forças simbólicas do coronelismo continuam na arena do pós-30 e também do pós-45. As oposições do período ainda não eram capazes de se apropriar de vantagens simbólicas associadas à posse de legitimidade (BOURDIEU, 2007), assim os velhos coronéis continuavam exercendo seu poder de mando nas localidades. As formas de poder desses coronéis, não mais baseadas na violência física, estavam entranhadas nas estruturas do sistema eletivo republicano.

O processo eleitoral ganhava contorno nas formas fraudulentas das vitórias da situação – o eleitor continuava condicionado ao mandonismo. Victor Nunes Leal não é um pessimista tão grande a ponto de pensar que tal sistema estabelecido perdurará para a eternidade. Podemos perceber que ele incita o leitor às mudanças, afirmando que algumas fissuras foram feitas no sistema dos coronéis quando, a partir da segunda metade da década de 30, ocorrem mudanças no sistema eleitoral.

Victor não se preocupa tanto em apontar maneiras, saídas dessa aparentemente eterna continuidade das oligarquias brasileiras. Seu maior mérito é justamente diagnosticar um sistema que atravessa seu olhar desde a infância e perdura até os dias da escrita de sua obra no ano de 1943 e da publicação devidamente revisada em 1949.

Ao atravessar sua vida, ele categoriza no tempo os sistemas políticos brasileiros e, para nós, elabora uma grande questão: não viveríamos sob o signo de uma *Nova República Velha*?

FONTE:

LEAL, Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BIBLIOGRAFIA

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Jorge Luis. *O livro de areia*. Globo, Rio de Janeiro, 1975.

FAVETTI, Raphael Thomas. Brevíssima introdução aos principais conceitos utilizados em *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal. Disponível em: <http://www.victornunesleal.com.br>.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 2003.

QUEIRÓS, Maria Isaura. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 8. 5ed., São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. *Um toque de clássicos*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 10 ed. Rio de Janeiro; São Paulo, DIFEL, 1978.

